



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D	30.372
30 02 05	6
5	(aditivo)

**RESOLUÇÃO Nº 7.743/2005/TCM/PA**

Dispõe sobre a possibilidade e prazo para apresentação de prestações de contas de retificadoras apresentadas por meio magnético e documental.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos artigos. 27 e 57, II e §1º da Lei Complementar nº 25, de 05 de agosto de 1994, e art.55, III, alínea c, do Ato nº 09, de 9 de fevereiro de 1995 e considerando ainda:

A premente necessidade da criação de métodos e instrumentos de agilização nas ações da fiscalização a cargo do controle externo que lhe cabe;

**RESOLVE :**

Art. 1º - Determinar que as retificações de dados constantes das prestações de contas apresentadas pelos Ordenadores de Despesa dos Municípios do Estado do Pará em meio magnético e documental, somente serem protocolizadas neste Tribunal até o dia 31 de abril do ano subsequente ao exercício financeiro ao qual se referem as contas prestadas.

Art. 2º - Determinar que não serão recebidos os recursos nos quais os Ordenadores de Despesa, descumprindo o prazo estabelecido no art. 1º, apresentem prestações de contas retificadoras sob qualquer argumento, inclusive sob os fundamentos dispostos nos incisos I, II e III, do art. 67, da Lei Complementar nº 25/94.

Art. 3º - Estabelecer, na hipótese de divergência de dados nas correspondentes prestações de contas prestadas em meio magnético e em meio documental, não retificadas no prazo assinalado no art. 1º, a aplicação de multa ao Ordenador de Despesa responsável no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicad 30.312

de 10 02 05 . . . 6

do 5.º Conselho

§ 1º – À mesma penalidade imposta no *caput* deste artigo, estará sujeito o Contador responsável pela escrituração das contas, que responde solidariamente com o Ordenador da Despesa, na forma do art. 1.177 e Parágrafo único do Código Civil Brasileiro.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 27 de janeiro de 2005.

  
Conselheiro Presidente **Aloisio Chaves**

  
Conselheiro **Alcides Alcântara**

  
Conselheiro **Ronaldo Passarinho**

  
Conselheira **Rosa Hage**